

DIREITOS E SAÚDE SEXUAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Láís S. Costa e colaboradores



Orientações para trabalhadores e gestores da saúde e demais áreas sociais

A falta de acesso à informação produz preconceitos e estigmas que resultam em condições desiguais na vivência da sexualidade e impedem a efetivação dos direitos sexuais garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei 13.146/2015).

Este conteúdo é de livre reprodução desde que o texto e as imagens não sejam alterados e a fonte seja citada. Como citar:

COSTA, L. S. et al. Direitos e saúde sexual das pessoas com deficiência. 3ª ed. – revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2024.



VOCÊ SABIA?

- O respeito à sexualidade, à identidade de gênero e à orientação sexual é direito de todas as pessoas.
- Pessoas curateladas mantêm seus direitos sexuais e reprodutivos.
- O acesso à informação segura e à educação sexual minimiza riscos de abuso e violência.

APESAR DISSO

- A sexualidade da pessoa com deficiência (PcD) é invisibilizada em toda a sua diversidade.
- A atenção à saúde sexual não é acessível e nem humanizada.
- Trabalhadores desconhecem características da saúde sexual das pessoas com deficiência, principalmente as das mulheres.

A atenção à saúde sexual da pessoa com deficiência é atravessada por estigmas que resultam no cuidado inadequado e insuficiente.

SEXUALIDADE DAS PESSOAS COM E SEM DEFICIÊNCIA

A saúde sexual é o estado de bem-estar físico, social e emocional relacionado à sexualidade.

A sexualidade constitui o que somos, sentimos e fazemos. Inclui a identidade, o gênero, a orientação sexual, o afeto, a intimidade, o sexo, o prazer, a reprodução, etc.

A sexualidade está presente ao longo da vida: não se restringe a corpos adultos jovens.

É influenciada por aspectos biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, jurídicos, históricos, religiosos e espirituais.





DIREITOS SEXUAIS

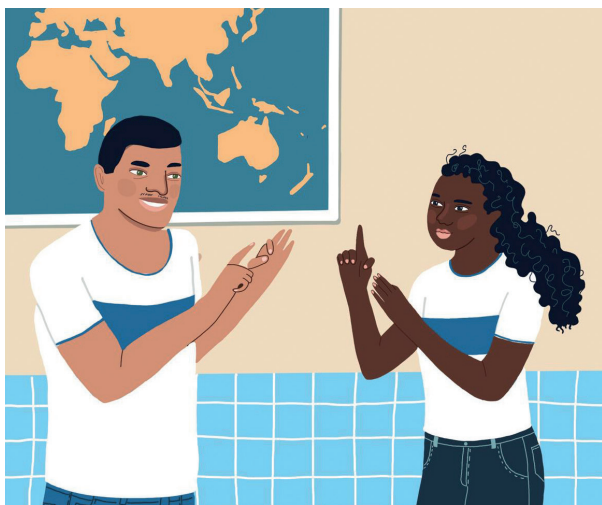
Os direitos sexuais são direitos humanos e compreendem:

- Viver a sexualidade sem medo, vergonha, culpa ou falsas crenças.
- Respeito à identidade de gênero e à orientação sexual sem violência, discriminação ou coerção.
- Acesso a serviços relacionados à transição de gênero.
- Direito à privacidade, intimidade e sigilo.
- Sexo com consentimento mútuo.
- Escolha livre de parceiros.
- Relações sexuais baseadas no desejo e independentes da reprodução.
- Controle do próprio corpo, com a máxima autonomia possível.

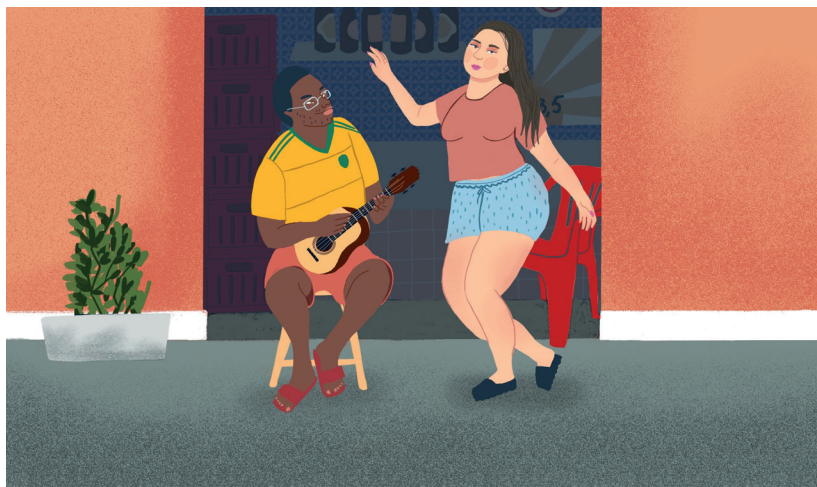
FIQUE ATENTO: Os direitos sexuais e reprodutivos estão garantidos no artigo 6º da LBI, que afirma que a deficiência não afeta a capacidade civil para a tomada de decisões.

DIREITOS SEXUAIS (cont.)

- Acesso à educação e informação sobre saúde sexual e reprodutiva, inclusive para adolescentes e jovens.
- Acesso a métodos contraceptivos e para prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST).
- Tomada de decisão esclarecida e apoiada (informação, compreensão e consentimento).
- Tempo necessário para tomada de decisão. São proibidos: intervenções forçadas, procedimentos para esterilização, experimentos etc.



Deficiência não é sinônimo de ausência de sexualidade, desejo ou afeto.



CAPACITISMO NA ATENÇÃO À SAÚDE SEXUAL

Tabus e estigmas sobre a sexualidade da pessoa com deficiência resultam no cuidado inadequado e insuficiente.

Esses estigmas decorrem do capacitismo e levam ao impedimento do exercício pleno e seguro dos direitos sexuais e reprodutivos.

Capacitismo é a discriminação em razão da deficiência e é crime.



Saiba mais
sobre esse tema

**Se testemunhar discriminação em razão da deficiência,
denuncie. Disque 100!**

CAPACITISMO E SEXUALIDADE



SEXUALIDADE APOIADA EM MITOS → PREJUÍZO À SAÚDE SEXUAL

MITOS	VAMOS AOS FATOS?
<p>“Assexuadas ou com poucas necessidades sexuais”.</p> <p>“Eternas crianças / imaturas*”, incapazes de aprender os ritos da afetividade, da sexualidade e para a prevenção contra abusos”.</p> <p>*principalmente pessoas com deficiência intelectual, sensorial ou autistas.</p>	<p>Não há evidência de relação entre falta de desejo sexual e deficiência.</p> <p>A crença no desinteresse sexual leva ao descaso com a educação em saúde, e a produção de apoios necessários.</p> <p>Superproteção, falta de informação e exclusão social levam à inibição do amadurecimento, ao cerceamento da vida adulta, e dificultam a identificação de abusos.</p>
<p>“São cis heteronormativas”.</p>	<p>Há pessoas com deficiência LGBTQIA+ (lésbica, gay, bissexual, transexual, <i>queer</i>, intersexual, assexual).</p> <p>PcD são diversas na sua sexualidade e gênero.</p> <p>O preconceito invisibiliza essas pessoas.</p>
<p>“Incapazes de ter uma sexualidade normal; seu sexo é desviante, fora da norma”.</p>	<p>O capacitismo* impede / dificulta as necessárias adequações no ambiente. Toda expressão consentida da sexualidade é normal.</p> <p>*O capacitismo é uma discriminação que tem como base a ideia de incapacidade da pessoa com deficiência, atribuindo-lhe menor valor.</p>
<p>“Pouco atraentes, incapazes de conquistar e manter relacionamento estável amoroso e /ou sexual”.</p> <p>“O corpo com alguma lesão ou impedimento inviabiliza a vivência da sexualidade”.</p>	<p>A exclusão ocasiona prejuízos na autoestima.</p> <p>O padrão de normalidade sexual é um produto social resultado de ideais excludentes de beleza e funcionalidade.</p> <p>A busca por esse ideal faz com que a necessidade de apoios e adaptações cause estranheza.</p>

SEXUALIDADE APOIADA EM MITOS → PREJUÍZO À SAÚDE SEXUAL

MITOS	VAMOS AOS FATOS?
<p>“Sexo marcado pela hipersexualidade, descontrole, excesso e violência**”.</p> <p>*pessoas com deficiência intelectual, principalmente homens.</p>	<p>Não há evidência de exageros e disfunções associadas à natureza da deficiência.</p> <p>A falta de acesso à educação adaptada e a dificuldade de adequação social causada pela exclusão podem levar a condutas inapropriadas.</p>
<p>“Pessoas com deficiência intelectual não conseguem identificar os limites para uma relação saudável e respeitosa”.</p>	<p>Têm capacidade de aprendizagem e podem ter suas decisões apoiadas por adaptações, quando necessário.</p>
<p>“Têm alterações na libido e no orgasmo”.</p>	<p>Não há evidência de relação entre deficiência e alterações na libido e orgasmo.</p> <p>A natureza da deficiência pode interferir na relação sexual padrão, mas não impede sua vivência positiva e prazerosa.</p> <p>A representação social distorcida pode afetar a autoestima e a percepção de prazer.</p>
<p>“Deficiência como objeto de prazer”.</p>	<p>Fetichismo de pessoas sem deficiência em relação às com deficiência, conhecido como <i>Devotee</i> (comportamento com foco na deficiência e não na pessoa).</p>
<p>“A educação sexual desperta / potencializa o interesse sexual e deve ser evitada”.</p>	<p>O despertar da sexualidade acontece em todas as pessoas. A falta de conhecimento e orientação aumenta a vulnerabilidade a abusos e a lesões não intencionais autoprovocadas.</p> <p>Famílias e cuidadores devem tratar a sexualidade como uma questão de saúde e de direito.</p>

INICIATIVAS DESEJÁVEIS: QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- Assistência humanizada: pré-natal, parto e puerpério (fase depois do parto) e, inclusive, para o aborto previsto em lei.
- Aconselhamento sobre exercício livre e seguro da sexualidade.
- Consulta centrada no paciente (tomador de decisões) e não em seu acompanhante.
- Ampliação do tempo da consulta.
- Informação, comunicação, suportes e apoios acessíveis.
- Eliminação das barreiras atitudinais, comunicacionais, arquitetônicas e tecnológicas.
- Avaliação regular para potencialização de mobilidade e adaptações necessárias.
- Realização de exames periódicos e preventivos na mesma frequência, ou maior, do que no restante da população.
- Orientação sobre cuidado menstrual, aquisição e uso de absorventes.

A garantia dos direitos sexuais depende da efetivação da saúde sexual e da vivência da sexualidade de forma respeitosa e prazerosa.

QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS (cont.)

- Orientação sobre tratamento de disfunção erétil e infertilidade.
- Prevenção de IST: orientação e oferta de preservativos.
- Controle precoce de sintomas de menopausa em populações indicadas.
- Acesso a medicamentos essenciais, como contracepção de emergência.
- Oferta de vacinas contra HPV para adolescentes de 10 a 14 anos (prevenção de câncer de colo de útero).
- Atenção a indícios de abuso, exploração e negligência.
- Apoio psicológico para lidar com estigmas, inseguranças e abusos.
- Acesso à justiça e mecanismos de apoio em caso de abuso ou violência.



A promoção da saúde sexual é de competência da Atenção Primária à Saúde.

EDUCAÇÃO SEXUAL – INICIATIVAS DESEJÁVEIS

- Conhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos.
- Informações sobre constituição de identidade de gênero e prevenção de abusos físicos e sexuais.
- Aconselhamento sobre exercício livre e seguro da sexualidade.
- Aconselhamento individual e em grupo. Espaço seguro para tirar dúvidas e compartilhar inseguranças.
- Apoio à tomada de decisão.
- Desenvolvimento da argumentação e habilidades de negociação (para apoiar o dia a dia de relacionamentos).
- Orientação sobre o que pertence à esfera pública e à privada. O isolamento social imposto dificulta o discernimento.



A educação sexual precisa oferecer informação baseada em fatos e não em mitos sobre sexualidade.

EDUCAÇÃO SEXUAL: INFORMAÇÃO SEGURA, ACESSÍVEL E DE FONTE CONFIÁVEL

- **Conteúdos recomendados para usuários:** sexualidade, menstruação, masturbação, contraceção, IST e sintomas, gravidez e cuidado com as crianças, sintomas de menopausa, interações medicamentosas, autocuidado e autoproteção, idade de consentimento, identidade de gênero, orientação sexual, comportamentos aceitáveis, protocolo de identificação de violência.
- **Conteúdo para cuidadores e familiares:** sexualidade como um direito e uma questão de saúde; orientação quanto a estigmas, apoios e suportes necessários.
- **Ações educativas para autoproteção contra abusos** (Ex.: "Eu me protejo": www.eumeprotejo.com).



INICIATIVAS DESEJÁVEIS: QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

- Educação permanente dos trabalhadores: identificação da população no território e das tecnologias assistivas necessárias; conhecimento das necessidades de saúde específicas; técnicas para comunicação; ressignificação social; atuação com foco na orientação comunitária e na competência cultural.
- Formação para oferecer apoio a famílias e cuidadores a partir de uma perspectiva anticapacitista.
- Qualificação para coordenação do fluxo de cuidado.
- Realização de rodas de conversa para ampliar a escuta, com a participação de pessoas engajadas nos movimentos sociais e dos usuários.



Orientações para o
Agente Comunitário
de Saúde



Atenção Primária à
Saúde das Pessoas
com Deficiência

Reveja seus estereótipos de gênero: meninas e mulheres com deficiência têm direito a viver sua sexualidade, tanto quanto meninos e homens, e não são assexuadas.

INICIATIVAS DESEJÁVEIS: CAMPANHAS

- Representação das pessoas com deficiência em campanhas de saúde sexual e reprodutiva.
- Combata o capacitismo para reconhecer o sujeito em sua integralidade e eliminar a infantilização.
- Iniciativas para o reforço da autoimagem e da autodeterminação das pessoas com deficiência.



O ideal capacitista de corpo favorece a baixa autoestima e aumenta a vulnerabilidade às violências.

INICIATIVAS DESEJÁVEIS: PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

- Revisar linhas assistenciais que considerem as desigualdades de saúde e as determinações sociais em função da diversidade (funcional, racial, étnica, social, de gênero e de orientação sexual).
- Produzir pesquisas sobre sexualidade das pessoas com deficiência, sobretudo daquelas com deficiência intelectual.
- Desenvolver recursos pedagógicos acessíveis para tratar de temas relacionados à saúde sexual e reprodutiva.
- Desenvolver pesquisas com escuta das pessoas com deficiência e suas cuidadoras para o desenho de atividades e materiais de apoio à discussão sobre sexualidade.
- Aprofundar as pesquisas sobre gênero e deficiências, considerando as intersecções de classe, raça, território e fases da vida.
- Produzir equipamentos para a saúde sexual e apoio para o exercício da sexualidade considerando todos os corpos.

Tabus referentes à sexualidade afetam toda a população, mas produzem efeitos mais severos sobre as pessoas com deficiência.

FICHA TÉCNICA:

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da pesquisa "O conhecimento da APS sobre a deficiência: caminhos de visibilidade ou de invisibilidade", apoiada pelo PMA/VPPCB/Fiocruz. Também recebeu apoio do "Programa de Fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Aplicado à Saúde Pública", da Ensp/Fiocruz. Resulta de um esforço coletivo com a participação de várias instituições e pessoas.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Nísia Trindade Lima

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

Adriano Massuda

DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA E TEMÁTICA

Suzana Ribeiro

COORDENAÇÃO GERAL DE SAÚDE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Arthur Medeiros

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Silvio Luiz de Almeida

SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Anna Paula Feminella

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – Fiocruz

Mario Moreira

VICE-PRESIDÊNCIA DE PESQUISA E COLEÇÕES BIOLÓGICAS – VPPCB

Maria de Lourdes Aguiar Oliveira

PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E MODELOS DE ATENÇÃO E GESTÃO À SAÚDE – PMA/VPPCB

Isabela Soares Santos

Roberta Argento Goldstein

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA

Marco Menezes, Luciana Dias de Lima

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SAÚDE – DAPS/Ensp

Carla Lourenço Tavares de Andrade

COMITÊ FIOCRUZ PELA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ELABORAÇÃO

Laís Silveira Costa (lais.costa@fiocruz.br),

Annibal Amorim, Sônia Gertner,

Anna Paula Feminella, Carolina Aguiar,

Bianca Soares Ramos, Fabiana Barreto,

Danielle Bittencourt, Arthur Medeiros

APOIO

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS,
SAÚDE E DIVERSIDADE CULTURAL – DIHS/Ensp

Marcos Besserman, Armando Nembri

INSTITUTO INTERAMERICANO SOBRE
DISCAPACIDAD Y DESARROLLO INCLUSIVO – iiDi
Sergio Meresman

RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

Helena Werneck – SMPD-Rio

Flávia Cortinovis – SMPD-Rio

Patrícia Almeida – Simples Assim

EDITORAÇÃO

Dalila dos Reis

ILUSTRAÇÕES

Janna Brilyantova



Acesse este conteúdo pelo QR Code

QUER SABER MAIS SOBRE A SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA?

Leia a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) e acesse nossa série nos QR Code abaixo:



Atenção Primária à Saúde das Pessoas com Deficiência



Acessibilidade na Comunicação



Orientações para o Agente Comunitário de Saúde



Série Cordel



Cuidado Menstrual de Pessoas com e sem deficiência



Combata o Capacitismo



Aleitamento Materno Inclusivo



Cartazes

Caso testemunhe discriminação em razão da deficiência, denuncie!

DISQUE 100



Programa de Fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Aplicado à Saúde Pública
ENSP/FIOCRUZ



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

